

# Roriz veta semana inglesa após acordo com deputados

Dida Sampaio 08/10/90

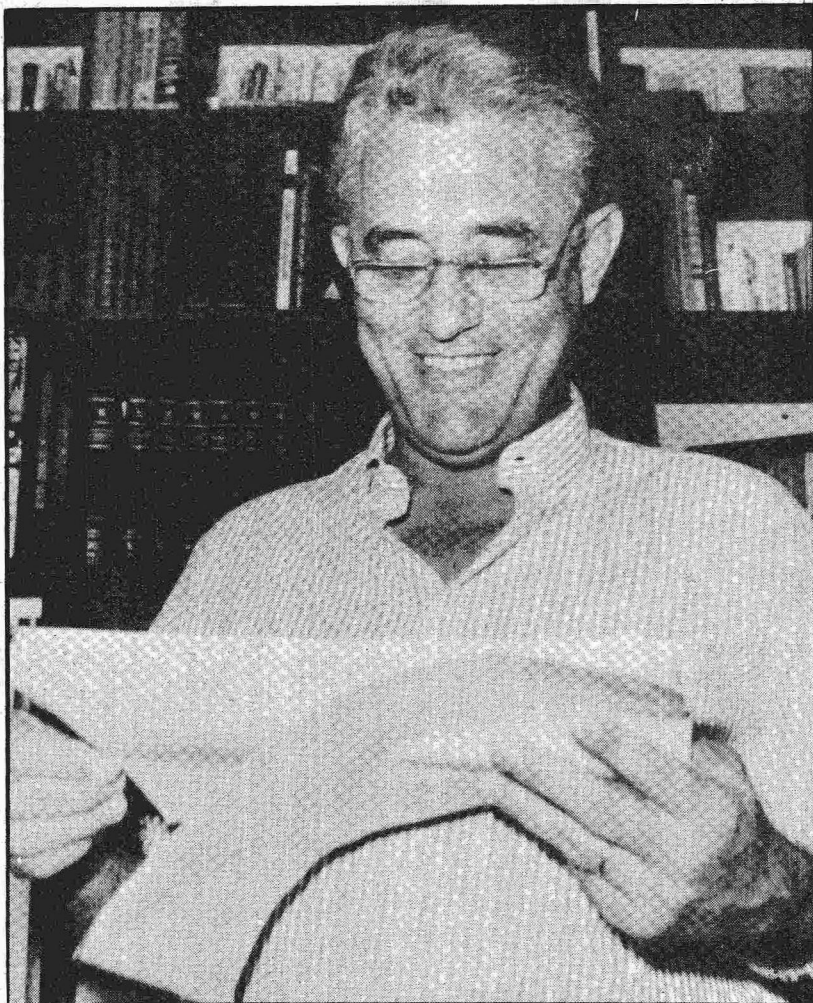
O governador Joaquim Roriz vetou integralmente o projeto de lei instituindo a semana inglesa no DF, de autoria do deputado distrital Cláudio Monteiro (PRP), como parte de um acordo firmado entre ele e 18 parlamentares, que vão trabalhar na elaboração de uma nova proposta sobre o mesmo assunto. "A nossa intenção é atender os interesses de todos os envolvidos — empresários, trabalhadores e a população — para que ninguém seja prejudicado", disse Roriz. O governador afirmou que não teme um desgaste em relação ao Legislativo, já que este é mais um veto seu aos projetos dos deputados. Ele deixou para ontem, último dia do prazo, para pronunciar, o anúncio da sua decisão. "Não estou fazendo nenhum confronto com o Poder Legislativo e prova disso é o convite que fizemos aos deputados para discutir o projeto. Após esse encontro, nós decidimos pelo veto", disse.

Segundo a assessoria do Palácio do Buriti, pesaram na decisão de Roriz a opinião pública, "que se colocou contra o projeto"; a autocrítica que os próprios deputados — que aprovaram o texto por unanimidade — fizeram, considerando que houve pressão na apreciação; a questão jurídica; e os problemas de desemprego que poderiam surgir.

## Mensagem

Na mensagem enviada ao presidente da Câmara Legislativa explicando os motivos do veto total ao Projeto de Lei n° 080, de 1991, dispondo sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do DF, Roriz explica que o projeto, em alguns trechos, feria a Constituição Federal. Mas, o principal motivo do veto, de acordo com o secretário de Comunicação, Fernando Lemos, foi a necessidade de uma ampla discussão, para que se chegue a um acordo com uma solução capaz de atender a todas as partes.

"Esse acordo reforça as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo e dá uma demonstração clara da maturidade política reinante no Distrito Federal", declarou o governador. Roriz salientou que ele e os deputados assumiram o compromisso de uma discussão aberta com a sociedade sobre o tema, com o objetivo de conceber um novo projeto, "que atenda as partes envolvidas e elimine os questionamentos de ordem constitucional". O governador disse esperar que durante os 30 dias que os deputados terão para examinar o veto um novo texto já esteja encaminhado. "Espero sancionar um projeto, que seja de interesse de Brasília", disse.



Roriz negociou acordo com 18 deputados para um novo projeto

## Argumentos são jurídicos

No texto enviado à Câmara Legislativa para justificar o veto ao projeto de lei estabelecendo a semana inglesa no DF, o governador Joaquim Roriz usou argumento apresentado pela Consultoria Jurídica do GDF. Um deles é de que "ao pretender dispor, embora de maneira não muito clara, sobre a duração do trabalho normal, poderia-se confundir dois assuntos que, embora harmônicos entre si, se apresentam independentes: jornada de trabalho e horário de funcionamento do comércio". Além disso, verificou-se que o projeto feria, em alguns trechos, a Constituição Federal.

A Consultoria achou que o projeto chegou a excluir, em seu artigo 3º, no qual se definiam as exceções, alguns ramos de comércio, sem dispor sobre o regime de funcionamento em que estaria enquadrados. A análise jurídica mostrou ainda que o artigo 4º do projeto fere a Constituição, "pois transfere a competência do Estado de fixar o

funcionamento dos estabelecimentos comerciais, nas condições que especifica, para um Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho". A mensagem prossegue afirmando que o projeto "viola, ainda, o artigo 22, item I, da Carta Magna, ao dispensar tratamento à matéria no âmbito do Direito do Trabalho, competência privativa da União".

Para concluir, Roriz afirma que "tendo em vista o anseio dos comerciantes, da comunidade, a necessidade de cumprimento da legislação do País, a harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo e entre eles e a sociedade, penso ser importante uma ampla discussão com todos os setores envolvidos, para a apresentação de novo projeto que disciplina a questão". O consultor jurídico do GDF, Benjamim Roriz, afirmou no início da noite de ontem, que só daria maiores explicações sobre o veto após Roriz assinar a mensagem. O governador, até às 18h30, não havia assinado o texto a ser enviado à Câmara.

## Distritais aprovaram sob pressão

Dida Sampaio

O ponto marcante da votação, em primeiro turno, do projeto da semana inglesa, foi a pressão que os comerciantes conseguiram exercer sobre o plenário da Câmara Legislativa. O sindicato da categoria lotou as galerias com trabalhadores, portando faixas e cartazes reivindicando o voto favorável dos parlamentares.

A estratégia deu tão certo que a matéria foi aprovada por unanimidade, no dia 1º de abril, revertendo metas de deputados, tradicionalmente contrários à semana inglesa como os de Jorge Cauhy (PL), Manoel de Andrade (PTR) e Aroldo Satake (PDS). Na votação da proposta em segundo turno (dia 2 de abril) os trabalhadores repetiram com sucesso o esquema conseguindo a aprovação da semana inglesa.

## Demissões

O Legislativo, entretanto, não contava com repercussão desfavorável à medida na sociedade e as declarações do empresariado que o projeto traria como consequência a demissão de cerca de 20 mil funcionários, três mil dos quais apenas nos supermercados porque seu texto limitava o funcionamento do comércio aos sábados das 8h00 às 12h00, permitindo abertura apenas se houvesse acordo com o Sindicato dos Comerciantes.

Logo se observou que a comunidade não apoiava a medida, como atestou pesquisa divulgada pelo **Jornal de Brasília** em 14 de abril. Diante deste contexto, os deputados se viram obrigados a reaver de sua posição inicial. Eles reconheceram que a semana inglesa foi pouco discutida com a população, a pressão do lobby dos comerciantes na votação e a precipitação na avaliação do projeto.



Comerciantes ocuparam a galeria para influir na votação

## Veto

A partir daí, começaram a surgir as declarações a favor do veto à matéria, posição publicamente defendida por Jorge Cauhy (PL), Manoel de Andrade (PTR), Maurílio Silva (PTR) e José Edmar (PSL).

Esta tendência ganhou corpo e se concretizou durante reunião realizada entre o governador Roriz

e parlamentares no último dia 22, quando nove se posicionaram pelo veto e sete sugeriram a sanção ou veto condicionado à substituição do texto original por outro acordado entre Executivo, Legislativo, comerciantes, comerciantes. Desta maneira, o veto não é uma surpresa, nem a tendência na Câmara pela sua confirmação.

## Decisão tem o apoio de 65%

Pesquisa divulgada dia 14 de abril pelo **Jornal de Brasília** indica que o veto do governador Joaquim Roriz ao projeto de semana inglesa conta com o apoio de 65% dos consumidores de Brasília. Apenas 35% eram favoráveis à sanção da proposta, de acordo com resultado da pesquisa encomendada pelo JBr e Instituto Soma, e realizada no dia 11 de abril, quando 512 pessoas foram ouvidas no Plano Piloto e cidades-satélites.

A metodologia aplicada na coleta dos dados, segundo a empresa, limita a margem de erro na pesquisa em 3%. A pesquisa revela também, que 58,4% dos consumidores são contrários ao fechamento do comércio ao meio-dia de sábado, contra 29,4% favoráveis à ideia. Meta-de dos consumidores (50,4%) é de opinião que a mudança do horário do comércio com a implantação da semana inglesa — funcionamento nos dias úteis das 8h00 às 22h00 e aos sábados das 8h00 às 12h00 — prejudicaria sua rotina de compras.

Reforça esta tendência o fato de que 58,7% dos consumidores concordaram com a afirmação de que o fechamento antecipado do comércio contribuiria para o aumento do movimento no sábado pela manhã e demais dias da semana, atrapalhando a vida da cidade. Um percentual de 66,1% aponta, ainda, que o projeto traria a possibilidade de prejuízo às atividades comerciais da cidade, enquanto 18,8% encaram este aspecto de forma indiferente e 13,2% opina que o setor seria beneficiado.

A exceção de Ceilândia, onde houve empate em 43%, os percentuais de rejeição à semana inglesa foram superiores aos de aprovação em todas as regiões pesquisadas. No Plano Piloto, a desaprovção à proposta foi detectada em 71% dos entrevistados, e, em Taguatinga, este índice atinge 66% dos entrevistados.

Cruzamento de dados realizado pela Soma mostra ainda que a simpatia pela semana inglesa está inversamente relacionada com a renda média da região de moradia dos entrevistados. No Plano Piloto, por exemplo, mais de 73% são contrários à proposta, enquanto em Ceilândia e em Samambaia o índice de desaprovção cai a 43%.

## Cronologia

**1º de abril** — A Câmara Legislativa aprova por unanimidade o projeto da Semana Inglesa. Comerciantes afirmam que sua implantação provocará a demissão de 20 mil funcionários.

**2 de abril** — O projeto é aprovado pela Câmara em segundo turno. Acabada a votação, o líder do governo, deputado Maurílio Silva (PTR), anuncia que o governador Joaquim Roriz vai vetar a matéria por ser inconstitucional. Comerciantes voltam a insistir que a medida gerará desemprego de 20 mil pessoas, três mil só nos supermercados.

**3 de abril** — Comerciantes anunciam a realização de feiras nos estacionamentos dos shoppings como alternativa à queda da atividade comercial com a Semana Inglesa. O governador Roriz afirma que ouvirá a sociedade antes de se definir sobre o veto ou não ao projeto.

**4 de abril** — Deputados admitem que houve precipitação na votação da matéria e Jorge Cauhy (PL) e Manoel Andrade (PTR) afirmam que votaram favorável ao projeto no primeiro turno por se sentirem pressionados pelos comerciantes nas galerias no momento da votação. Roriz acusa o Sindicato dos Comerciantes de veicular nas tevês vídeo para confundir a população antecipando posição favorável sobre a sanção. Na peça publicitária, seu depoimento é referente a 23/11/89 sobre projeto que tramitou no Senado.

**11 de abril** — Deputados começam a se posicionar a favor do veto do governador. José Edmar, Jorge Cauhy e Manoel de Andrade fazem declarações neste sentido.

**12 de abril** — Roriz afirma que tomará decisão sobre a questão depois de analisar a repercussão do projeto na sociedade.

**13 de abril** — **Jornal de Brasília** publica pesquisa onde 65% da população se posiciona a favor do veto à Semana Inglesa.

**15 de abril** — O presidente da Câmara, Salviano Guimarães (PFL), e o líder do governo, Maurílio Silva (PTR), propõem negociação entre Executivo, Legislativo, comerciantes e comerciantes para mudar o projeto aprovado.

**16 de abril** — Salviano Guimarães formaliza o convite ao entendimento.

**17 de abril** — Reunião informal entre as partes.

**18 de abril** — Fracassa a primeira reunião de entendimento. Comerciantes e comerciantes não chegam a acordo. Formada comissão para a busca de consenso.

**19 de abril** — Governador afirma que ouvirá parlamentares antes de se definir sobre o veto.

**22 de abril** — Após encontro com deputados o governador anuncia que sua decisão será tomada dia 25. A segunda reunião de entendimento termina em bate-boca.

**25 de abril** — Roriz anuncia veto total ao projeto de Semana Inglesa alegando inconstitucionalidade. A confirmação do veto pela Câmara é tida como certa.

Mais semana inglesa na página seguinte